

## Violência Sexual contra Crianças no Interior do Pará: estudo nos municípios de Capanema e São João de Pirabas<sup>1</sup>

*Violencia Sexual contra Niños en el Interior de Pará: un estudio en los municipios de Capanema y São João de Pirabas*  
*Sexual Violence against Children in the Interior of Pará: a study in the municipalities of Capanema and São João de Pirabas*

Adiele Nataly Alves Lopes

**Resumo:** O presente trabalho discute o fenômeno da violência sexual contra crianças nos municípios de Capanema e São João de Pirabas, dialogando com fatores associados à violência na percepção de profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Além de apresentar um panorama de indicadores do índice da violência sexual contra crianças no Brasil, e no estado do Pará. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa a partir de questionários aplicados com a equipe dos CREAS dos dois municípios, sobre o panorama geral dos atendimentos desse fenômeno. Como resultados da pesquisa fatores como vulnerabilidade social, falta de conhecimento; pacto de silêncio; impunidade; inexistência de educação sexual no ensino regular; e uma rede de proteção fragilizada estão relacionados à ocorrência desse crime contra as crianças.

**Palavras Chave:** Violência sexual. Crianças. Pará. São João de Pirabas. Capanema.

**Resumen:** Este artículo discute el fenómeno de violencia sexual contra niños en los municipios de Capanema y São João de Pirabas, dialogando con factores asociados a la violencia en la percepción de los profesionales del Centro de Referencia Especializado en Asistencia Social - CREAS. Además de presentar un panorama de indicadores de la tasa de violencia sexual contra los niños en Brasil y en el estado de Pará. La metodología utilizada fue una investigación cualitativa basada en cuestionarios aplicados al equipo CREAS de los dos municipios, sobre el panorama general de la atención a este fenómeno. Como resultados de la investigación, factores como vulnerabilidad social, desconocimiento; pacto de silencio; impunidade; falta de educación sexual en la educación regular; y una red de protección debilitada están relacionados con la ocurrencia de este delito contra los niños.

**Palabras Claves:** Violencia sexual. Niños. Pará. San Juan de Pirabas. Capanema.

**Abstract:** This paper discusses the phenomenon for sexual violence against children in the municipalities of Capanema and São João de Pirabas, dialoguing with factors associated with violence in the perception of professionals at the Specialized Reference Center for Social Assistance - CREAS. In addition to presenting an overview of indicators of the rate of sexual violence against children in Brazil, and in the state of Pará. The methodology used was qualitative research based on questionnaires applied to the CREAS team in the two municipalities, on the general panorama of the assistance to this demand. As research results, factors such as social vulnerability, lack of knowledge; pact of silence; impunity; lack of sex education in regular education; and a weakened protection network are related to the occurrence of this crime against children.

**Keywords:** Sexual violence. Children. Pará. São João de Pirabas. Capanema.

<sup>1</sup> Este trabalho foi realizado como requisito final para a obtenção de título de Especialista ao Curso de Especialização em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina/GEPEM/UFPa, orientado pela professora doutora Ruth Almeida. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

**Adiele Nataly Alves Lopes** – Psicóloga graduada pela UFPa (2017). Especialista em Saúde da Mulher e da Criança (UFPa/HSAMZ, 2020). Especialista em Psicanálise pela Faculdade Inspirar (2020). E-mail: [adielelopes.psi@gmail.com](mailto:adielelopes.psi@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo discutir o fenômeno da violência sexual contra crianças nos municípios de Capanema e São João de Pirabas. A partir dos dados de violência sexual nos municípios, dialogar com fatores associados à ocorrência da violência na percepção de profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS acerca dessa temática.

Os municípios acima foram escolhidos por apresentarem a maior taxa de violência sexual contra as crianças da região de integração Rio Caeté, no estado do Pará. O estado do Pará é dividido em 12 regiões de integração: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Lago Tucuruí, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu.

A Região de Integração (RI) Rio Caeté é composta por 15 municípios: Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu. A formação de seu território é oriunda da aglutinação de municípios das microrregiões Bragantina e Salgado.

Localizado no Nordeste Paraense, o município de Capanema conta com 614,693 m<sup>2</sup> de extensão rica em calcário e cercado por igarapés, conhecido como a terra do cimento e cidade pólo da região do Nordeste do Pará. Tem uma população estimada de 63.639 habitantes (CAPANEMA, s/d).

São João de Pirabas se estende por 705,8 km<sup>2</sup> e contava com 23 045 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 32,7 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município. Mesorregião do Nordeste Paraense e Microrregião de Salgado (CIDADE-BRASIL, 2021).

O assunto chama atenção pela complexidade e persistência até os dias de hoje. Mesmo com leis e discurso moralizante que envolve esse tipo de crime, o que vemos é um número assustador e com padrões que permanecem dentro das famílias, dentro da casa das crianças. São abusadores pais, avôs, tios, vizinhos. Há muito tempo nós temos mulheres marcadas por esse tipo de trauma, crianças passando por isso todos os dias. A cada hora, ao menos quatro meninas menores de 13 anos são vítimas de estupro no Brasil (REDE BRASIL ATUAL, 2022).

Em minha experiência de atendimentos psicológicos, seja no consultório particular, seja em hospital, ambulatório, unidade básica de saúde, seja na rede municipal de educação, recebi durante anos, e até hoje, esse tipo de caso de forma bastante expressiva. O que me sensibilizou e provoca inquietações e angústias até hoje, resolvi transformar essas sensações em pesquisa.

Ofereço esse trabalho, que se configura bem inicial, a todas as minhas pacientes, mulheres adultas e adolescentes, que um dia foram vítimas dessa brutal violação de direitos, e a outras crianças que estão hoje em potencial risco.

### 1. Indicadores

Estudos brasileiros evidenciam que a maioria de casos de abuso sexual ocorrem em meninas entre 5 e 10 anos; 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa. A violência contra crianças e adolescentes atingiu o número de 50.098 denúncias no primeiro semestre de 2021. Desse total, 40.822 (81%) ocorreram dentro da casa da vítima (BRASIL, 2012). O Brasil ocupa o segundo lugar, estando apenas atrás da Tailândia, num triste ranking da exploração sexual de crianças e adolescentes. Por ano, de acordo com um panorama organizado pelo Instituto Liberta, são 500 mil vítimas (GLOBO, 2019).

Foram notificados 184.524 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes entre 2011 e 2017 no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan/MS) do Sistema Único de Saúde: Vítimas crianças de até 9 anos de idade, 74,2% são do sexo feminino, 51,2% têm entre 1 e 5 anos, 45,5% são negras, e 3,3% possuem alguma deficiência ou transtorno. Vítimas adolescentes de 10 a 19 anos, 94,2% são do sexo feminino, 67,8% têm entre 10 e 14 anos, 55,5% são negras, e 7,1% possuem alguma deficiência ou transtorno (SINAN/MS, 2018).

De acordo com dados retirados do site da UNICEF (2021a), entre 2017 e 2020 foram registrados 179.277 casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos – uma média de quase 45 mil casos por ano. Crianças de até 10 anos representam 62 mil das vítimas nesses quatro anos, ou seja, um terço do total.

A grande maioria das vítimas de violência sexual são meninas, quase 80% do total. Para elas, um número muito alto dos casos envolve vítimas entre 10 e 14 anos de idade, sendo 13 anos a idade mais frequente, nesses 4 anos. Para os meninos, os casos de violência sexual concentraram-se especialmente entre 3 e 9 anos de idade. Nos casos em que as vítimas são adolescentes de 15 anos ou mais, as meninas representaram mais de 90% dos casos. Dos casos de violência sexual, em 86% os autores eram conhecidos das vítimas (UNICEF, 2021a).

Uma das fontes de dados que possuímos para verificar os índices de violência sexual em nosso estado é o Registro Mensal de Atendimento (RMA/CREAS) que coleta os dados a partir dos atendimentos realizados nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) distribuídos pelos 144 municípios do estado.

De acordo com dados Ministério da Cidadania, 2020, e Dados Tratados pela CVIS (BRASIL, 2021) no Pará, vítimas de abuso e de exploração sexual de 0 a 17 anos de idade tanto do gênero masculino e quanto do gênero feminino somam 2.706 casos no período de janeiro de 2020 a abril de 2021.

Os registros desse tipo de crime aumentaram mais de 17% nos meses de janeiro a abril de 2021 em relação a 2020 (Ministério da Cidadania, 2020, Dados Tratados pela CVIS – Seaster, 2021). As ocorrências de violência são contra crianças de 0 a 12 anos, em números, isso equivale a 679 notificações. São praticamente 5 ocorrências registradas por dia e esse número pode ser ainda maior (G1 PA, 2021).

Crianças e adolescentes do gênero feminino são vítimas deste tipo de violência cinco a seis vezes mais que o gênero masculino. A maior incidência de abusos sexuais, independentemente do gênero, ocorre quando as vítimas possuem entre 7 a 12 anos de idade. Além disso, embora em menor número, temos uma quantidade significativa de abusos sexuais que são cometidos contra crianças de 0 a 6 anos de idade (MARTINS, 2021).

No Baixo-Amazonas, no ano de 2020, tiveram 187 casos de abuso sexual e 17 casos de exploração sexual, e em 2021 (janeiro e abril), 62 casos de abuso e 2 casos de exploração. Os municípios com maior número de violência sexual em 2020 são: Santarém, Prainha e Oriximiná; no ano de 2021 foram: Santarém, Prainha, Oriximiná e Mojuí dos Campos (TAPAJÓS DE FATO, 2022). As cidades no Baixo Amazonas, com maior número de exploração sexual são: Faro, Almeirim e Terra Santa. A faixa etária das vítimas são dos 5 aos 12 anos e 83% são do sexo feminino. Estes números são assustadores e comprovam que houve um crescimento de mais casos que destroem vidas, famílias e infâncias, destacando as cidades de Santarém, Prainha e Oriximiná (TAPAJÓS DE FATO, 2022).

De acordo com dados do Registro Mensal de Atendimento (RMA/CREAS), que coleta os dados a partir dos atendimentos realizados nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), distribuídos pelos 144 municípios do estado, os municípios que tiveram os maiores números de violência sexual contra Criança e adolescente em 2020 permanecem com números elevados no 1º quadrimestre de 2021, com destaque negativo para os seguintes municípios: São João de Pirabas e Capanema na região do Rio Caeté. Maior incidência de abusos em 2020: Quatipuru, São João de Pirabas, Bragança e Capanema. Maior incidência de abusos em 2021: Tracuateua, Capanema, Salinópolis, Santarém Novo e São João de Pirabas.

O ParáPaz é referência em atendimentos às violências no estado do Pará e principalmente na capital paraense. O Pro Paz Integrado (PPI), um dos projetos que integram a Fundação Pro Paz, que passou a se chamar ParáPaz através da Lei 8.898 em 27 de setembro de 2019, atendeu, de 2004 a março de 2015, um total de 24.679 pessoas, entre crianças, adolescentes e mulheres vítimas de diversas formas de violência. Do total de atendimentos, 12.727 são crianças e adolescentes vítimas de diversas formas de violência, principalmente a sexual, e 11.952 são mulheres atendidas pelo projeto Pro Paz Mulher, com sede na Região Metropolitana de Belém (RMB) e nos núcleos descentralizados para o interior (PARÁ, s/d).

Somente de janeiro a março de 2015, o PPI atendeu 1.799 pessoas em situação de violência, das quais 380 foram crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual em todo o Estado por meio de núcleos localizados na Região Metropolitana de Belém e interiores (PARÁ, 2015).

O destaque negativo para os municípios de São João de Pirabas e Capanema no Pará justifica a escolha para a realização deste estudo, ainda que qualquer número de violência sexual seja angustiante, nos voltaremos para as referidas cidades pela alta nos índices em relação a outros municípios da região Caeté, nos anos 2020 e 2021. Crimes bárbaros como estes nos fazem pensar quais são as justificativas e que comportamentos adultos põem as crianças e adolescentes em risco, assim como também, mantém esse ciclo?

A angústia do não saber nos convoca a justificar situações como essas com argumentos machistas, de culpabilização das meninas, de suas roupas e seus corpos em evidência, ou até nos chega o discurso da doença mental desses agressores, uso de álcool e outras drogas. O fato é que a problemática da violência sexual é muito mais complexa e nos dá notícias da afirmação desesperada do poder, principalmente do poder masculino em sua forma mais brutal.

O objetivo deste estudo é discutir o fenômeno de violência sexual contra crianças nos municípios de Capanema e São João de Pirabas. Apresentando os dados de violência sexual nos municípios de Capanema e São João de Pirabas. Dialogando com fatores associados à ocorrência da violência na percepção de profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS acerca dessa temática.

## 2. Metodologia

### o Tipo de estudo

Através da pesquisa de abordagem qualitativa, que estuda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano. Os objetos de uma pesquisa qualitativa são fenômenos que ocorrem em determinado tempo, local e cultura, além de agregar dados quantitativos. “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumen-

to-chave; [...] 5º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa” (TRIVIÑOS, 1987, p. 128-130)

### **o Local do estudo**

O estudo é centralizado na realidade dos municípios de Capanema e São João de Pirabas devido ao fato de que os municípios que tiveram os maiores números de violência sexual contra Criança/adolescente em 2020 na região do Rio Caeté foram: São João de Pirabas e Capanema com incidência visível de abusos sexuais e se repetindo nos anos de 2020 e 2021.

### **o Coleta de dados**

1. Os dados foram coletados a partir do Registro Mensal de Atendimentos do CREAS – Centro de referência Especializado em Assistência Social, que fica disponível para consulta nos sites oficiais do governo do estado, utilizando filtros por região e cidade. São dados tratados pela SEASTER - Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda. Em dados públicos do Sistema Único de Assistência Social SUAS - RMA/CREAS (registro mensal de atendimentos do Centro de Referência Especializado em Assistência Social) disponíveis para consulta.
2. Assim como, aplicação de questionário semiaberto com os profissionais dos CREAS de cada município, através da ferramenta *online* gratuita do *Google Forms*, de forma remota. E pesquisa bibliográfica sobre violência sexual contra crianças.

### **o Análise de dados**

A Análise de Conteúdo é uma técnica de análise de dados qualitativos, para fins desta pesquisa foi utilizado o método explicitado por Laurence Bardin (2011), que de forma resumida, consiste em algumas etapas e sub-etapas: Pré-análise: organização; Exploração do material: codificação, unidades de registro, de contexto, categorização; Tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A categorização, pode seguir os seguintes critérios: semântico, sintático, léxico ou expressivo. No caso desta pesquisa foi escolhido critério semântico para formas as categorias de análise. Após a etapa de categorização, os nomes das categorias que surgiram foram adicionadas a um *software* gratuito disponível *online*: *WordClouds.com*, que gerou uma nuvem de palavras, a fim de proporcionar melhor visualização. A partir das repetições foi possível constatar as categorias que mais se repetiram nos discursos das participantes.

## **3. Resultados e Discussão**

A equipe técnica do CREAS de São João de Pirabas é composta por 1 psicóloga, 1 assistente social e 1 advogada, além da coordenadora, 1 administrativo e 1 pessoa responsável pelos serviços gerais. Enquanto a equipe do CREAS Capanema é construída por 1 coordenadora, 1 psicóloga, três assistentes sociais, 2 educadores sociais, 1 administrativo, 1 recepcionista, 1 auxiliar de serviços gerais e 2 vigias.

As profissionais que aceitaram participar da pesquisa foram: uma Assistente Social, duas psicólogas e uma advogada.

A idade das participantes ficou entre 23 a 41 anos de idade, e o tempo de experiência no CREAS variou de 1 a 3 anos. Foram duas participantes do município de São João de Pirabas e duas

de Capanema-PA. As duas instituições recebem casos de violência sexual contra crianças. O CREAS de Capanema recebe casos de outros municípios enquanto o de SJP raramente recebe, somente quando o usuário referenciado passa a residir no município.

Em relação ao número de casos ocorridos na zona urbana e rural, em SJP uma participante refere uma equiparação entre os casos ocorridos na zona urbana e zona rural, e a outra diz ter observado pouca diferença. Já em Capanema encontramos casos que sugerem subnotificação. A seguir temos trechos das respostas das participantes do município de Capanema. O código C1 se refere a uma mulher de 41 anos, atua no CREAS há 3 anos como psicóloga, efetiva da prefeitura. C2 é mulher, 36 anos de idade, assistente social no CREAS há 1 ano e 2 meses, também efetiva no município. Responderam ao questionário na data de 08 de novembro de 2022.

Sim, há um número expressivo de ‘notificação’ na zona urbana. Porém percebe-se que na zona Rural também ocorrem um número significativo de violência sexual, porém com a subnotificação os dados não correspondem a realidade. (C1)

Sim, grande parte dos casos ocorrem na zona urbana, mas ocorrem casos da zona rural em menor quantidade, mas requer um entendimento de fluxo ampliado e articulado pela rede que consiga avaliar quantitativos (C2)

Na zona rural, há maior suscetibilidade ao aliciamento de pedófilos, pois as crianças da zona rural estão mais suscetíveis a aliciamentos para fotos de pedofilia e exploração para prostituição, segundo a coordenadora do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Neide Castanha (G1, 2008). Muitos quadros de vulnerabilidade social estão nas zonas rurais, essas crianças e adolescentes estão submetidos a trabalho na agricultura familiar. Exploração sexual sob a forma de prostituição e casamento infantil; violência doméstica e trabalho em cultivo ilícito. O perigo pode agravar especialmente nas situações em que o campo se aproxima das cidades.

Aquino *et al* (2021) encontraram estudos que evidenciaram dificuldade em identificar e notificar tais casos em profissionais da Atenção Básica, e entre os motivos que justificam a subnotificação estão a falta de capacitações ou abordagem do tema na graduação, desconhecimento da ficha de notificação, do fluxo e protocolos a serem seguindo, falta de confiança nos órgãos de proteção à infância e o medo dos profissionais de envolverem-se em questões de justiça. Essas dificuldades não se restringem ao espaço rural.

Em um primeiro momento é importante a capacitação regulares dos profissionais da saúde, educação e assistência para identificar, saber como proceder em casos em que haja suspeita de que a criança esteja sendo violentada, pois na grande maioria das vezes o crime ocorre dentro do seio familiar. (P1)

P1 é mulher, 26 anos de idade, atua no CREAS do município de São João de Pirabas há 1 ano e 8 meses como advogada sob o regime de contrato temporário. Respondeu ao questionário na data de 18 de outubro de 2022.

De acordo com estudos da UNICEF (2021b), existe uma resistência das vítimas em ao menos contar sobre os abusos sofridos e pedir ajuda, para denunciar formalmente mais ainda. Sendo

assim, o número desse índice sobre a violência infantil e a sua natureza apresenta como grande impasse a subnotificação dos casos.

De acordo com pesquisas realizadas e publicadas no site Maio Laranja, há dados que sugerem que somente 7,5% dos crimes contra a criança e ao adolescente cheguem a ser denunciados às autoridades, o que quer dizer que esses números são mais expressivos do que sabemos, divulga o Tribunal de Justiça do Pará (O LIBERAL, 2022).

### 3.1. O que Falta para Erradicar a Violência Sexual contra Crianças na Percepção da Equipe Técnica dos Referidos CREAS

**Imagem 1:** Fatores que faltam para erradicar a violência sexual contra crianças referidos pelas participantes



Fonte: gerada pelo *software* WordClouds.com

A partir da categorização das respostas das participantes, para cada pergunta, foram geradas nuvens de palavras através do software gratuito disponível *online*: *WordClouds.com*, é possível visualizar as palavras que mais se repetem nos trechos adicionados.

De acordo com a nuvem de palavras acima, é possível revelar os termos que mais se repetiram nos discursos das equipes, com 43% da amostra tivemos: *educação sexual*, *empoderamento socioeconômico e fortalecimento da rede de proteção*.

Sobre a temática da educação sexual, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) refere-se à educação sexual como algo a ser abordado nos anos finais do Ensino Fundamental, isso relacionado à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira.

A educação sexual nas escolas, com assuntos correspondentes para cada idade se mostra fundamental, pois através desde, a própria criança já começa a identificar atitudes de aliciadores, bem como já possui um ponto de referência para buscar apoio caso esteja sofrendo alguma violência. (P1)

Mendes, De Moura e Aragão (2020) relatam em seu trabalho que através de observações realizadas nas escolas, estudos e relatos de profissionais da saúde e da educação que trabalharam a prevenção ao abuso desde a Educação Infantil, foi possível identificar abusadores em potencial e mudanças comportamentais instigando um olhar mais direcionado para as crianças.

Em 1997, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publica os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996). Neste contexto, o PCN compõe também os Temas Transversais que devem ser abordados pelos professores na sala de aula nas disciplinas curriculares que são ministradas por eles, independentemente da disciplina. Os Temas Transversais são: Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo e Orientação Sexual. (RODRIGUES, 2017)

Sendo assim, os Estados também precisam assumir seu papel de traçar as Diretrizes Curriculares no cenário escolar, com intuito de dar base e orientar a elaboração ou revisão curricular, de certa forma capacitando o corpo docente. Corpo e matriz da sexualidade; relações de gênero e prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS (BRASIL, 2001) são os conteúdos para serem discutidos acerca da sexualidade nos PCN.

A educação sexual na infância é fundamental para diversas questões sobre o corpo e para a prevenção de violência sexual. Lima e Maio (2014, p. 259) apontam também que “um trabalho de formação docente adequado, em cursos de licenciatura, pode proporcionar discernimentos adequados em um caminho para a prevenção do abuso e da violência sexual.”

A educação sexual na infância é fundamental para desenvolver adolescentes e adultos saudáveis e menos ansiosos sobre as questões do corpo e também para prevenir situações de abuso sexual. Crianças bem informada tendem a perceber e se proteger mais da violência. Além disso, tendem a não reproduzir comportamentos de discriminação e violência, sofrer com a necessidade de corresponder aos padrões estéticos etc. Uma educação sexual sólida e respeitosa na infância ajuda os adolescentes a lidarem melhor com seus corpos e dúvidas, promove a emancipação de adultos e idosos que poderão vivenciar plenamente sua sexualidade e assumir o relevante papel como educadores sexuais. (MAIA, s/d)

Vale ressaltar ainda o paradoxo do imaginário da família, que apesar da concepção social de ser construída em torno do amor, do cuidado e da proteção, a tendência que vem sendo observada é uma maior incidência de casos de Abuso Sexual Infantil intrafamiliar. Lugar onde deveriam ser protegidas, e as escolas, por serem externas, isentas desse poder familiar, podem servir como poderosa ferramenta preventiva e combater essas violações, além de garantir os direitos das crianças (LESSA e MAYOR, 2019).

Mendes, De Moura e Aragão (2020) realizaram um estudo e em sua discussão explanam sobre o projeto de extensão “UNINTA FAZ BONITO: prevenção da violência sexual de crianças e adolescentes”, aplicado pelo Centro de Educação Infantil (CEI) no município de Sobral – CE, que realizou ações nas escolas e proporcionou para crianças atendidas uma melhor percepção dos seus corpos, o reconhecimento da autoestima e autonomia, assim como a compreensão da importância de manter seus sentimentos e corpos seguros.

As formas de prevenção podem minimizar os números desse cenário negativo. Conforme afirma Arcari (2015), há três tipos de prevenção: primária, secundária e terciária; a prevenção primária é considerada econômica e eficiente, pois objetiva eliminar o imaginário das violências com

fundo cultural e social. E é nesse sentido que há a necessidade de se investir na educação sexual nas escolas e em outros espaços extrafamiliares.

Elevando sua autoestima, sua autonomia e conhecimento do mundo, contribui para que as próprias crianças mantenham seus corpos protegidos, certamente não tirando a responsabilidade dos adultos ao redor, mas contribuindo com mais um agente de proteção, a própria ciência do crime que passa a ter a urgência de ser comunicado, de ser denunciado. Evitamos que os abusadores convençam as crianças a não contar, a confundi-las sobre o que elas estão sofrendo.

Outro ponto mais citado entre as técnicas foi o empoderamento socioeconômico. Entendemos como socioeconômico a complexidade, que envolve condições, elementos, circunstâncias, fatores sociais e econômicos. Perpassa pela relação de diferentes apontamentos, como escolaridade, ocupação da família, local de residência, renda, acesso e inserção em políticas públicas, serviços públicos de qualidade, segurança, saúde e etc.

A violência é um grave problema de saúde, de distribuição global, multi-causal, e que acomete crianças todos os dias. Observa-se que está de fato associada com fatores socioeconômicos, como renda familiar, raça e gênero, e que estas variáveis promovem diferentes prevalências. Suas consequências não estão limitadas apenas a questões de saúde, mas envolvem toda a esfera social, ao influenciar como as vítimas se comportarão no futuro em função da interferência em processos cognitivos e até mesmo na gênese de transtornos psiquiátricos. (AQUINO *et al*, 2021)

Lise e Motta (2012) constataram que a maioria das vítimas de violência intrafamiliar infantil possui baixa escolaridade, assim como também perceberam que a carência econômica era um fator comum nas famílias. Entretanto, Pinto Junior, Cassepp-Borges e Santos (2015) afirmam que, mesmo nas famílias de classe mais alta e/ou com maior escolaridade, a violência infantil ocorre, mas de forma mais velada e sigilosa do que em famílias pobres. Geralmente os países desenvolvidos apresentam taxas de violência sexual bem menores que os demais (WHO, 2014).

Os filhos de pessoas pobres podem ficar sozinhos em casa durante o dia enquanto seus pais estão trabalhando, podendo ser aliciados nestes momentos de pouca supervisão familiar e sofrer agressões sexuais por conhecidos, familiares e vizinhos. Além disso, a pobreza, por vezes, impulsiona as mulheres a buscarem trabalho que levam a um risco maior de sofrer violência sexual, como a prostituição. Também, quando estão trabalhando são mais susceptíveis a não denunciar os assédios sexuais sofridos no trabalho por medo de perder seu emprego. (SILVA, 2019)

O fortalecimento da rede de proteção também surge como importante fator que pode contribuir para a erradicação da violência sexual contra as crianças. A Rede de Proteção conta com a ação de várias instituições governamentais ou não, que atuam em questões sociais definindo estratégias para a prevenção, atendimento e fomento de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de risco.

Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (1990) medidas de proteção para a criança e para o adolescente são aplicáveis nos casos em que os seus direitos forem ameaçados e/ou violados em decorrência de uma ação ou omissão da sociedade ou do Estado, de uma falta, omissão ou abuso por parte dos pais ou responsáveis.

A seguir, temos uma imagem da representação gráfica do Sistema de Garantias de Direitos, com suas engrenagens de mesmo tamanho articuladas entre si e cujo produto final é a “proteção integral”, foi idealizada pelo Dr. Murillo José Digiácomo - Procurador de Justiça do MPPR -, e redesenhada pelo Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica - CEAP para a edição do Guia para Educadores sobre Direitos de Crianças e Adolescentes, da Plan International (2020)

**Imagem 2:** Representação Gráfica do Sistema Garantia de Direitos da Criança e adolescente



Fonte: Guia para Educadores sobre Direitos de Crianças e Adolescentes.

Segundo a coleta de informações com as técnicas do CREAS, no município de Capanema, são componentes da rede de proteção, ou Sistema de Garantia de Direitos, o Ministério Público, a Defensoria Pública, Conselho Tutelar, Vara da Infância e adolescência, Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Tutelar, Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e ao Adolescente - DEACA, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e indiretamente as secretarias de Saúde e Educação.

Já em São João de Pirabas, a partir do relato das técnicas, constatamos que existem o Ministério Público, a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção social, Conselho Tutelar, Poder Judiciário, Polícias, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e também indiretamente as secretarias de Saúde e Educação.

### 3.2. Fatores Motivadores da Violência Sexual Contra Crianças na Percepção da Equipe Técnica dos Referidos CREAS.

**Figura 3:** Fatores motivadores da violência sexual contra crianças referidos pelas participantes



Fonte: gerada pelo *software* WordClouds.com

Foram encontrados 15 fatores diferentes com destaque para quatro, consecutivamente, que representam 50% das respostas: desinformação; pacto de silêncio; impunidade; vulnerabilidade social.

A desinformação, nesse caso, parte do princípio que não é um assunto a ser tratado, principalmente dentro do âmbito familiar, o que impede as vítimas de compreenderem a tempo o que estão sofrendo, o que as impede de denunciar, contar para alguém e as ameaças e a manipulação a que está sendo submetida.

O medo de retaliações, ou de ser desacreditada é muito maior que qualquer ímpeto de limite. O que na verdade, faz bastante sentido, haja vista que a mulher quase sempre tem suas palavras descredibilizadas diante de uma denúncia de violência, principalmente quando o agressor é um homem, quando é um familiar, agora podemos imaginar quando é o próprio pai ou avô?! O que se observa é que são muitas crianças, adolescentes e até mulheres adultas sem nem uma disposição para contar para a própria família, ou pessoas conhecidas devido ao histórico de deslegitimação da queixa de uma mulher, e quando somos crianças é mais difícil.

As crianças ainda são tidas como objetos de poder para os adultos, seres que devem ser obedientes e educados para conviver e servi-los muitas vezes, esse comportamento é que faz com que ela seja elogiada, e a criança entende que seguindo esses comandos será amada pelos pais ou familiares.

As crianças aprendem ainda pela cultura da agressão e da violência, quando as famílias acreditam que essa ainda é uma forma de educar e disciplinar, o que está completamente equivocado e ultrapassado. Além de tudo se configura um crime atualmente. Nesses casos é muito compreensível que abusadores utilizem o próprio medo que a criança sente de apanhar dos pais e responsáveis, as convencendo de que a culpa daquilo é delas e iniciam um ciclo vicioso, que gera diversas marcas emocionais e psicológicas. É necessário criar um ambiente acolhedor na família, sem violência, sem necessidade de aprovação, sem chantagens e abuso psicológico para que as crianças se sintam à vontade para pedir ajuda, se informar, entre outras necessidades.

Acredito que o investimento na orientação acerca da educação sexual, esclarecimento sobre a importância da boa comunicação familiar promovendo um espaço acolhedor e de confiança com a criança, além de melhoria na condição socioeconômica da família. (P2)

P2 é uma mulher, 23 anos de idade, atua como psicóloga no CREAS de São João de há Pirabas, 2 anos sob o regime de contrato temporário. Respondeu ao questionário na data de 18 de outubro de 2022.

No Pará, na maioria dos casos, o abusador está dentro da casa das vítimas. "Muitas famílias não denunciam. E se uma mãe vai denunciar o abuso de algum parente, ela é discriminada na própria família. A pessoa é penalizada por denunciar, porque é acusada de estar prejudicando a vida daquele adulto da família. Então, com certeza, há uma subnotificação nesse sentido", afirma Mônica Maciel, juíza da 1ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes (G1 PA, 2021).

Huelma Medeiros, presidente do Conselho Tutelar da Zona Sul de Macapá, explica o "pacto do silêncio": é quando a família sabe da ocorrência da violência sexual, muitas vezes após a vítima pedir ajuda, e os familiares pedem: 'vamos calar, não fale nada, tu vai esquecer, deixa passar' (G1, 2018). O fato do silenciamento dessa vítima, a impunidade e a banalização do ocorrido gera sentimentos traumáticos na vida da criança ou adolescente, o que pode refletir na sua personalidade e saúde mental.

O pacto de silêncio que mantém o abuso sexual intrafamiliar é uma realidade velada. Rondon (2017) explora o pacto de silêncio associado ao crime de abuso sexual infantil intrafamiliar. Afirmar que:

A estrutura de poder construída socialmente sobre a figura paterna revela, mesmo em situação de abuso, o reverso, ou seja, a vítima se culpabiliza, demonstrando a dificuldade em dissociar o pai perverso do pai referência. Percebemos, com isso, que a gênese do pacto do silêncio se consubstancia na ideia da manutenção da família como núcleo estruturador dos indivíduos. Sendo assim, revelar seria apresentar uma quebra do imaginário social do conceito de família. Por outro lado, o pacto de silêncio se estabelece como um dispositivo de poder e será retroalimentado na família como estratégia de manter o ciclo abusivo familiar. (RONDON, 2017)

A prática do silenciamento familiar auxilia fortemente na impunidade dos crimes e gera diversos problemas. O pacto de silêncio dentro da família e na sociedade ainda se configura uma prática real, além disso é perceptível. Muito disso ainda é comentado pelas participantes da pesquisa:

Os casos de violência sexual contra crianças atendidos neste equipamento, em sua grande maioria é notório que o agressor é alguém próximo à família da vítima, sendo muitas vezes um próprio familiar. Nos casos em que o agressor é um familiar, como por exemplo padrasto ou genitor, observa-se um padrão em que as genitoras das crianças 'encobertam' o agressor tentando velar a violência sofrida pela criança. (P1)

O creas do município recebe e acompanha várias vítimas e seus familiares. Durante o acompanhamento é verificado que frequentemente o abusador é conhecido da criança, sendo próximo da família, tais como: tio, avô, amigo de familiares... (P2)

De acordo, ainda, com Elizabeth Rondon (2017) se faz importante mencionar que nas relações familiares os papéis são socialmente definidos. Há um imaginário de proteção e amor, no

campo ideal, que os pais, mães e familiares devem apresentar. Para uma criança é um movimento complexo separar o pai protetor do pai violador. Tal conflito entre essas figuras pode gerar na criança a criação do pacto de silêncio/segredo, haja vista o choque emocional que experiencia, e sem suporte de um adulto de confiança (RONDON, 2017).

Um dos fatores mencionado pelas participantes foi a dificuldade encontradas para a investigação e a impunidade:

São inúmeros fatores que levam a continuidade da existência desse tipo de violência contra crianças, um dos pontos é a impunidade, que inicialmente já começa no âmbito familiar, em que o agressor muitas vezes é ‘encoberto’ pela família, seja por parentes, seja pela genitora da criança, havendo uma descredibilização da fala da criança. (P1)

Outrossim a comprovação desse tipo de crime é extremamente dificultosa e quando possível, constrangedora para a criança, como por exemplo, em um caso atendido neste CREAS, a genitora relatou que foi levar sua filha para Castanhal para realização do exame, e ao chegar no local o técnico responsável pelo exame era um homem, a criança não permitiu a realização do corpo de delito se recusando com todas suas forças, pois se sentiu extremamente envergonhada. Pontos estes que dificultam ainda mais a responsabilização do agressor, não ocorrendo a devida punibilidade, não coibindo assim a continuidade dos atos. (P1)

A impunidade é um dos pontos importantes a serem abordados, pois leva as vítimas a descreditarem da justiça, do objetivo da denúncia, e da insegurança que venha a sentir após algum crime ocorrido. O agressor sente-se livre para continuar praticando seus crimes, principalmente com a mesma vítima ou outras crianças, se valendo de manipulação, ameaças e do medo que a vítima sente. O próprio protocolo de atendimento às pessoas vitimizadas é extremamente invasivo, o que também pode inibir o desejo de denunciar.

É válido salientar a humanização e cuidado para a realização do exame de corpo de delito, pois este se torna prova no processo de responsabilização do agressor. Por fim, a punibilidade existe para coibir atitudes que agridam a sociedade, sendo esta uma forma de controle social, dessa forma, a devida punibilidade aos agressores torna-se fundamental para coibir este tipo de violência. (P1)

A vulnerabilidade social como fator que predispõe a incidência da violência fica bem marcado nas falas coletadas, o que já foi amplamente discutido anteriormente, quando foi afirmado que o empoderamento socioeconômico é um fator que é faltoso no processo de erradicação da violência sexual contra crianças. As duas afirmativas se complementam e acabam reforçando essa ideia.

Além disso, dois pontos importantes foram identificados na pesquisa com as técnicas dos CREAS citados, como estupro de vulnerável e as meninas refletindo a maioria dos casos: **ESTUPRO DE VULNERÁVEL**

Outro ponto importante de salientar é quanto ao disposto no art 217-A do Código Penal, o qual define como estupro de vulnerável manter conjunção ou praticar atos libidinosos com menor de 14 anos, neste resta claro que para ser tipificado como crime basta que a vítima seja menor de 14 anos, independente de consentimento, sendo que em muitos casos atendidos por este CREAS observa-se o envolvimento entre pessoas maiores de idade com pessoas menores de 14 anos. (P1)

A Lei 12.015/2009 modifica a nomenclatura de “Dos crimes contra a Dignidade Sexual”, instituindo um tipo penal autônomo “Estupro de Vulnerável”, previsto do artigo 217-A do Código Penal, tratando de enrijecer a legislação penal perante esse tipo de violação no âmbito da sexualidade. Ante da Lei 12.015/2009 não existia a tipificação do crime estupro de vulnerável, era considerado somente crime de estupro descrito no artigo 213 do Código Penal (ANDRADE, 2021).

No Estado do Pará um levantamento da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) indica que, de janeiro a abril de 2022, foram registradas 769 ocorrências de estupro de vulnerável. Esse total representa uma redução de 24% em relação ao mesmo período do ano de 2021, quando 1.006 registros foram realizados, de acordo com a Secretaria (O LIBERAL, 2022).

Na avaliação do advogado Irlan Menezes, membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB PA), os números ainda são altos e denunciam a falha do Estado, da família e da sociedade em cumprirem seu dever constitucional de proteger as crianças em risco. Ele defende que os índices destacados não são a totalidade de casos, haja vista a existência da subnotificação de 90%, o que corresponderia a 1.235 crianças e adolescentes no mesmo período (O LIBERAL, 2022).

Sobre a redução em 24% dos casos de janeiro a abril de 2022, em comparação ao mesmo período em 2021, o advogado afirma ainda que o aumento de poder do abusador em face da vítima nesse período de pandemia, seja com ameaças, alienação ou mesmo persuasão são fatores externos que dificultam a notificação (O LIBERAL, 2022).

Ainda na matéria publicada no *O Liberal* (2022) a 1ª Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente que possui abrangência na capital do estado recebeu por ano, em 2020 e 2021, cerca de 900 processos dessa natureza. A juíza titular da unidade, Mônica Maciel Fonseca, declara que mais de 50% dos casos notificados incluem abusos praticados contra menores de 14 anos de idade, o que configura crime de estupro de vulnerável.

## PREVALÊNCIA DO SEXO FEMININO

Durante o meu período no creas, a prevalência é do sexo feminino, chegando a não atender até o momento, nenhuma criança do sexo masculino. (P2)

Em pesquisa realizada online, com estudos de 2017 até o momento, pelo menos dez artigos publicados constatavam que a maioria das vítimas de violência sexual contra crianças são meninas (MARRA & COSTA, 2018; PLATT *et al*, 2018; SOBROSA & KOCOUREK, 2018; DIAS, COSTA & DE OLIVEIRA MUSSE, 2018; VIEIRA, 2018; DE ARAUJO *et al*, 2018; BARCELLOS *et al*, 2021; FERRAZ; XAVIER & CABRAL, 2021; GONDIM e GONÇALVES, 2021; KRAMPE *et al*, 2022). O que nos traz para o debate dos marcadores de gênero

Existe uma questão histórica relacionada à cultura patriarcal, questões de gênero e a necessidade de participação da família ao acesso de políticas públicas que garantam acesso à serviços e garantia de direitos a informações, ações preventivas, âmbito escolar, saúde e na comunidade. (C2)

Marcadores esses que fazem com que as meninas estejam mais vulneráveis a esse tipo de imposição de poder dos homens da forma mais brutal, entre outros fatores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados entendemos como a vulnerabilidade social afeta as famílias e está entrelaçado aos casos de violência sexual, assim como a falta de conhecimento e discussão sobre o assunto em todas as idades. Entre outros fatores que estão relacionados à ocorrência desse crime contra as crianças estão o pacto de silêncio; a impunidade; a inexistência de educação sexual no ensino regular; e uma rede de proteção fragilizada em muitos casos.

Concluimos que a compreensão da equipe de atendimento dos referidos municípios corrobora com literatura existente sobre a temática, e que os fatores evidenciados em suas discursividades incidem um impacto direto no fenômeno estudado.

Não me proponho neste trabalho esgotar a temática nos municípios citados, nem no interior do Pará. Os dados qualitativos servem para nos alertar sobre a urgência de falar sobre a temática neste território, sobre a urgência de pensar elementos motivadores que possam ser trabalhados em estratégias de prevenção.

A violência sexual deixa marcas psíquicas e emocionais significativas nas pessoas vitimizadas. Podem se refletir na vida adulta, em adoecimentos, predisposição a transtornos psicológicos sofrimentos intensos e na personalidade de uma pessoa. É evidente o quanto uma ocorrência como essa pode afetar e modificar o funcionamento de uma família, muitas vezes a vítima não é a única que sofre, mas também familiares próximos, em casos em que não há o acobertamento do agressor, claro.

A complexidade desse fenômeno nos leva a necessidade de pensar nos quadros multifatoriais para sua erradicação. A prevenção sempre será o melhor caminho, no entanto, uma solução a longo prazo. Precisamos ainda reforçar as leis, combater a impunidade, e fortalecer a rede de proteção como estratégia imediata. Precisamos de uma movimentação intensa a fim de proteger nossas meninas, nossas crianças. É responsabilidade não só da escola, ou da família, mas de toda a sociedade civil garantir a proteção à infância livre de violências.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Greyce Kelly Rosa. *Os Impactos Decorrentes do Estupro de Vulnerável*. LAVRAS- MG. Monografia apresentada ao Centro Universitário de Lavras como parte das exigências do curso de graduação em Direito. 2021.
- AQUINO, *et al.* Fatores socioeconômicos e saúde de crianças em contexto de violência. *Aletheia*, v.54, n.1, p.96-104 Jan./jun. 2021
- ARCARI, C. *Guia para pais e educadores: como trabalhar o livro em espaços educativos*. São Paulo: Cores, 2015.
- BARCELLOS, Thamires Myrena Torres; *et al.* Violência contra crianças: descrição dos casos em município da baixada litorânea do Rio de Janeiro. *Escola Anna Nery*, v. 25, 2021.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. *Lei 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990
- BRASIL. Ministério da Cidadania, 2020, *Dados Tratados pela CVIS – Seaster*. Fonte: Boletim Epidemiológico nº27 - Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes, 2011 a 2017 (SINAN/MS, 2018). Disponível em: <https://oimpacto.com.br/2021/11/04/dados-sobre-o-abuso-e-a-exploracao-sexual-no-estado-do-para/> Acesso em 24 de maio de 2022. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília. 2001.
- CAPANEMA. *O município: Dados do município*. Disponível em <http://www.capanema.pa.gov.br/> acesso em 28/11/2022. s/d.
- CIDADE-BRASIL, *Município de São João de Pirabas*. Disponível em <https://www.cidadebrasil.com.br/municipio-sao-joao-de-pirabas.html> acesso em 28/11/2022, 2021
- DE ARAUJO, Gabriela *et al.* *Determinantes da violência sexual infantil no estado do Paraná Brasil*. 2018.
- DIAS, G. C.; COSTA, M. C. O.; DE OLIVEIRA MUSSE, J. Violação sexual de crianças e adolescentes: perfil dos casos notificados nos Conselhos Tutelares em município de grande porte da Bahia. *Revista de Saúde Coletiva da UEFES*, v. 8, p. 23-29, 2018.
- FERRAZ, Maira de Maria Pires; XAVIER, Milene Maria; CABRAL, Veloso Isabel Rosa. Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise das notificações a partir do debate sobre gênero. *DESIDADES: Revista Electrónica de Divulgación Científica de la Infancia y la Juventud*, n. 29, p. 134-150, 2021.
- G1 PA. *Cerca de cinco crianças são vítimas de violência sexual por dia no Pará*. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/05/18/registros-de-violencia-sexual-contra-criancas-aumentaram-17percent-no-para.ghtml> Acesso em 29 de maio de 2022.
- G1. *'Pacto do silêncio' entre familiares de crianças abusadas ajuda estupradores a ficarem impunes, afirma conselho*. Por Victor Vidigal, G1 AP — Macapá 18/11/2018 08h44. Disponível em <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/11/18/pacto-do-silencio-entre-familiares-de-criancas-abusadas-ajuda-estupradores-a-ficarem-impunes-afirma-conselho.html>. Acesso em 30 de maio de 2022.
- G1. *Crianças da zona rural são mais suscetíveis a aliciamento de pedófilos*. G1 SP- São Paulo 25/03/2008 07h39. Disponível em <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL362286-5598,00CRIANCAS+DA+ZONA+RURAL+SAO+MAIS+SUSCETIVEIS+A+ALICIAMENTO+DE+PEDOFILOS.html> Acesso em 30 de maio de 2022.

GLOBO, *Mais de 500 mil crianças e adolescentes são vítimas de exploração sexual no Brasil*. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/exploracao-sexual-afeta-500-mil-criancas-adolescentes-ao-ano-no-brasil-23934402> Acesso em 30 de maio de 2022.

GONDIM, Micaelle Costa; GONÇALVES, Amanda Cristina Ribeiro. *Perfil Clínico Epidemiológico Da Violência Sexual À Criança E Pré-Adolescente No Brasil: Revisão De Literatura*. 2021.

KRAMPE, Ana Maria et al. Violência Contra a Criança e o Adolescente: Estratégias de Enfrentamento e Prevenção das Diferentes Formas de Abuso. *Salão do Conhecimento*, v. 8, n. 8, 2022.

LESSA, Camila Bahia; MAYOR, Andréa Soutto. A Dificuldade na Promoção de Medidas Preventivas Contra o Abuso Sexual Infantil nas Escolas. *Humanas Sociais & Aplicadas*, v. 9, n. 25, 2019.

LIMA, E. S.; MAIO, E. R. *Educação para a sexualidade como estratégia de enfrentamento à violência sexual e sua importância na formação docente*. Maia ACB et al. Educação para a sexualidade. Rio Grande: Ed. da FURG, p. 249-62, 2014.

LISE, Fernanda; DA MOTTA, Maria da Graça Corso. Violência doméstica infantil: abordagem da enfermagem. *Acta Scientiarum. Health Sciences*, v. 34, n. 1, p. 53-58, 2012.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. *Sexualidade e educação sexual*. Doutora em Educação. Professora do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Unesp – Bauru. s/d.

MARRA, Marlene Magnabosco; COSTA, Liana Fortunato. Entre a revelação e o atendimento: família e abuso sexual. *Avances en Psicología Latinoamericana*, v. 36, n. 3, p. 459-475, 2018.

MARTINS, Diego. *Números da Violência Sexual Cometida Contra Crianças e Adolescentes no Estado Do Pará*. 6 de outubro de 2021. Disponível em: <https://oimpacto.com.br/2021/10/06/numeros-da-violencia-sexual-cometida-contra-criancas-e-adolescentes-no-estado-do-para>. 2021

MENDES, Márcia Cristiane Ferreira; DE MOURA, Anaisa Alves; ARAGÃO, Maria da Paz Arruda. A prática de professores da Educação Infantil como ação preventiva da violência sexual de crianças. *Revista online de Política e Gestão Educacional*, p. 1900-1914, 2020.

O LIBERAL. *Estupros de vulnerável: Pará apresenta 24% de queda de janeiro a abril, indica Segup*. 2022. Disponível em <https://www.oliberal.com/belem/estupros-de-vulneravel-para-apresenta-24-de-queda-de-janeiro-a-abril-indica-segup-1.536015>.

PARÁ. *Fundação ParáPaz, proporcionando melhor qualidade de vida à população*. Disponível em: <http://www.parapaz.pa.gov.br/pt-br/content/funda%C3%A7%C3%A3o-par%C3%A1paz-proporcionando-melhor-qualidade-de-vida-%C3%A0-popula%C3%A7%C3%A3o> Acesso em 28 de maio de 2022. s/d.

PARÁ. *Pro Paz já atendeu quase 25 mil crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência no Pará*. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/10435/> Acesso em 29 de maio de 2022. 2015.

PINTO JUNIOR, Antonio Augusto; CASSEPP-BORGES, Vicente; SANTOS, Janielly Gonçalves dos. Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 23, p. 124-131, 2015.

PLATT, Vanessa Borges et al. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 1019-1031, 2018.

REDE BRASIL ATUAL, *A cada hora, ao menos quatro meninas menores de 13 anos são vítimas de estupro no Brasil*, Redação RBA, 2022 disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/a-cada-hora-ao-menos-quatro-meninas-menores-de-13-anos-sao-vitimas-de-estupro-no-brasil/> acesso em 28/11/2022

RODRIGUES, Suellen Silva. *Concepções de profissionais da educação e saúde em sexualidade: proposta interventiva e assessoramento para projetos de educação sexual em Abaetetuba-PA*. 2017.

RONDON, Elizabeth Da Silva Alcoforado. Pacto do silêncio: medo e vergonha. Universidade de Pernambuco. XXXI CONGRESSO ALAS URUGUAY, 2017.

SILVA, Janmille Valdivino da. *Perspectivas socioeconômicas da violência sexual no Brasil: dinâmica e níveis de associações causais*. 2019.

SINAN. *Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes, 2011 a 2017* (SINAN/MS, 2018). Instituto Patricia Galvão disponível em <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/analise-epidemiologica-da-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-2011-a-2017-sinan-ms-2018/>. Acesso em 30 nov 2022.

SOBROSA, Lilian; KOCOUREK, Sheila. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise do perfil das vítimas e agressores. *Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão*, v. 10, n. 2, 2018.

TAPAJÓS DE FATO, *Análise do aumento e dos casos de abuso e exploração sexual infantil no Baixo Amazonas*. 2022. Disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/752/analise-do-aumento-e-dos-casos-de-abuso-e-exploracao-sexual-infantil-no-baixo-amazonas>. Acesso em 30 de maio de 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas. p. 128- 130. 1987.

UNICEF. *Nos últimos 5 anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil*, alertam UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>, Acesso em 19, 2021a.

UNICEF, *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*, Unicef e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2021b.

VIEIRA, Monique Soares. Violência sexual contra meninas: do silêncio ao enfrentamento/ Sexual violence against girls: from silence to confrontation. *Libertas*, v. 18, n. 2, 2018.

WHO. *Global Status Report on Violence Prevention*. WHO, Geneva. 2014